



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



Ata da **Sexta Sessão Extraordinária**, do Quarto Período Legislativo, da Nona Legislatura.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil

e vinte e às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário Daury Riva da Câmara Municipal de Juara, reuniram-se os membros que a compõem, para a realização da sua **Sexta Sessão Extraordinária**, do Quarto Período Legislativo, da Nona Legislatura. Constatada a presença dos Senhores Vereadores, **Valdir Leandro Cavichioli** – Presidente, **João Rissotti** – Primeiro Secretário, **Ulliane Patrícia Ferreira Rocha** – Segunda Secretária, **Eraldo Francisco Alves**, **Francisco Valtênio Salles Ferreira**, **Hélio Francisco Castão**, **Marta Dalpiaz Nepomuceno** e **Salvador Marinho Pizzolio Alves**. Ausente o vereador **Flávio Valério**. O Presidente Leo Boy cumprimentou todos os presentes e sob a proteção de Deus e em nome da Comunidade Juarense, declarou aberta a sessão. Declarou que a bíblia sagrada encontrava sobre a mesa, para quem dela quisesse fazer uso. A vereadora Ulliane Macarena proferiu a leitura de um trecho da bíblia. Nesse instante o Presidente Leo Boy convidou o vereador João Rissotti para ocupar a primeira secretaria e a vereadora Ulliane Macarena para ocupar a segunda secretaria. Em seguida o presidente esclareceu a população presente, que o motivo da realização da sessão extraordinária, se deve em razão da necessidade de deliberação do Projeto de Lei Municipal nº 029/2020 (zero, vinte e nove/dois mil e vinte) para que o prefeito municipal possa dar continuidade nos trabalhos do executivo municipal e também porque o projeto tem que ser apreciado até o dia trinta de setembro conforme determinação do governo federal. Dando sequência à sessão extraordinária, o presidente solicitou a segunda secretária a conferência das assinaturas na ata da sessão anterior, o qual informou a assinatura de nove vereadores. Portanto dada por aprovada. Após o Presidente passou a **Ordem do Dia** e solicitou a Segunda Secretária a conferência das assinaturas no livro de presença, a qual informou a assinatura de oito vereadores. **Portanto há Quórum**. O presidente Leo Boy justificou a ausência do vereador Flávio Valério dizendo que ele foi comunicado da sessão extraordinária, mas não pode comparecer porque está ausente do município com compromisso agendado anteriormente. O Presidente solicitou ao primeiro secretário a leitura da matéria. - **Projeto de Lei Municipal nº 029/2020 (zero, vinte e nove/dois mil e vinte)** – Dispõe sobre a adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Juara – PREV-JUARA em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (cento e três/dois mil e dezenove) e altera a redação da Lei Municipal nº 1.656 (mil seiscentos e cinquenta e seis), de 20 (vinte) de abril de 2005 (dois mil e cinco), que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juara/MT e dá outras providências.



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



Está em **segunda discussão** o Projeto de Lei Municipal nº 029/2020 (zero, vinte e nove/dois mil e vinte). A vereadora **Marta Dalpiaz** disse que esse é um dos projetos que como servidora que também é nunca gostaria de votar, porque irá onerar os servidores públicos municipais, com uma alíquota maior. Mas é bom que todo mundo saiba e quer falar para deixar gravado aqui nesta casa de leis, que isso é fruto de uma emenda constitucional, que deu prazo para que os municípios se adequem que era até trinta e um de julho e foi prorrogado até o dia trinta de setembro não dando muita opção aos municípios na questão de acatar ou não. Na ocasião o projeto estava na comissão de Constituição, Justiça e Redação e foram feitas algumas reuniões com representantes do sindicato, inclusive na ocasião foi pedido para que a AGENDA que é a empresa que cuida dos investimentos que são feitos com os recursos da previdência, para que ela fizesse um estudo para ver a possibilidade de essa alíquota ser gradativa de sete e meio por cento até vinte e dois por cento. Esse estudo foi enviado para o município de Juara pela empresa e pelo que foi constatado que está no documento da AGENDA era inviável, porque a grande maioria iria ter que pagar mais do que isso, ou seja, pagariam quatorze e meio por cento e a minoria dos servidores pagariam uma alíquota menor. Conversando com o jurídico do Poder Legislativo Drª Gizeli levantou com ela a possibilidade de votar contrário ao projeto de aumento de alíquota e o que mais pesa é onerar o servidor que está aposentado. O jurídico fez o levantamento de documentos demonstrando que os vereadores poderão ter alguma penalidade de crime de responsabilidade, porque o que o governo federal fez, foi jogar a batata quente nas mãos dos vereadores, porque a decisão o governo federal já tinha tomado, porque na PEC 103 (cento e três) deixa claro que os estados e municípios terão que se adequar e gostaria de frisar também que a reforma estadual através da lei estadual que foi aprovada em janeiro deste ano, foi muito mais cruel que a federal, porque onerou servidores aposentados a partir de três mil reais e na do município vamos acompanhar a federal, onde os quatorze por cento será somente para aqueles que ganham acima do teto do INSS e é com pesar que a gente tenha que votar um projeto que mexe tanto com a vida do servidor, mas é bom que se diga que se esse projeto for reprovado aqui hoje, o município vai perder algumas certidões e vai emperrar a vida econômica do executivo municipal. O vereador **Chico do Indea** disse que ele com coerência não têm como votar esse projeto e terá que votar contrário e que lutou muito e brigou com os sindicatos contra os deputados estaduais para não votarem esse tipo de projeto. Disse saber da questão do governo federal foi desrespeito que a câmara federal e também o que o governo federal fez com todo parlamento, com todos os vereadores, porque mandar para o município uma



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

coisa que já é obrigado a fazer e então é por isso que ele irá votar contrário e tem que dar um basta, porque não está tendo respeito, porque está sendo votados os projetos e todos eles colocando alínea A, ou seja, vota em Brasília pegando os municípios e os estados e está tendo outra bomba lá no governo federal que é a reforma administrativa, onde o governo está colocando que são obrigados os municípios e os estados cumprirem e com isso estão desrespeitando os vereadores e ele não aceita isso. Disse que essa questão do déficit dos municípios podem ser corrigidos e se não fizermos nada os déficits vão aumentar cada vez mais e o que tem que ser feito em municípios igual à Juara, seria o aumento da arrecadação, melhoria do ganho real dos servidores que está muito defasado e com isso aumentaria sim a questão de recursos para a previdência e teria o déficit e não precisava fazer essa maldade de aumentar para quatorze por cento, onde o governo tem coragem de falar que está negativa, sabemos que isso não é verdade, basta entrar em um mercado todas as semanas para ver o aumento de preço dos produtos e em vez de dar ganho real para o servidor o governo irá tirar três por cento de seu salário e com isso diminuir o valor de compra dos servidores e isso é muito ruim porque estará influenciando diretamente nos comércios das cidades e esse aumento da alíquota é um absurdo que o governo federal está fazendo e por isso o seu voto será contrário a esse projeto. A vereadora **Marta Dalpiaz** disse que compreende o voto do vereador Chico que é representante sindical e sabe da luta do vereador e também é uma luta sua e como o vereador Chico deixou bem claro o governo federal aprovou a PEC e amarrou os estados e municípios e não deu nem a possibilidade de discussão dizendo que é quatorze por cento ou mais e não deu opção de adequar a situação do município e no ano que vem ainda tem a reforma administrativa para penalizar ainda mais o servidor e temos visto que a sociedade toda contra o servidor e então imagina a situação dos servidores estaduais sem RGA em dois mil e dezenove, em dois mil e vinte, com quatorze por cento de desconto da previdência, com desconto de inativos a partir de três mil reais e em dois mil e vinte e um, também não terá RGA por que a PEC congelou esse aumento. A situação do servidor público estadual é terrível e ainda o município garantiu esse ano o RGA dos servidores municipais. Disse ter relato de servidora estadual inativa ter desconto de quinhentos reais. O vereador **Eraldo Markito** disse que o projeto vai prejudicar muito o orçamento do servidor público e os vereadores estão sendo obrigados a votar o projeto, porque à ordem está vindo de Brasília para votar favorável e o rombo da previdência não foi feito pelos servidores e agora todos os servidores terão que pagar a conta. O vereador **João Rissotti** disse ser lamentável votar esse projeto, porque ele também é servidor público há



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



vinte anos e vem mais uma bomba dessas que colocaram um revólver na cabeça dos vereadores, obrigando eles votarem favorável ao projeto. Disse lamentar a situação dos servidores públicos que perderão ainda mais seu poder de compra. Disse que os vereadores são contrários ao projeto, mas são obrigados a votar favorável para não penalizar o município. O vereador **Salvador Pizzolio** disse que é mais um processo que temos que passar, onde o governo federal entrou com um discurso que é defendido por muitos, mas penalizando a classe trabalhadora do Brasil, que é o funcionalismo público e todos pagam impostos diariamente nesse país de tudo aquilo que consumimos diariamente em nossas residências. Disse que o que ganhamos durante quatro meses por ano é para pagamento de impostos e esse projeto já vem com decreto presidencial e o presidente deveria falar porque está fazendo esse projeto e não transferir a responsabilidade para os estados e municípios como está fazendo. Disse que os vereadores estão sendo obrigados a votarem esse projeto porque do contrário o município ficará sem certidões negativas, conforme disse o Presidente da República. Disse que acha um absurdo os inativos voltarem a pagar a previdência porque eles já trabalharam e contribuíram uma vida inteira e agora vão pagar de novo e reduzir ainda mais seus salários. Disse que se os vereadores não aprovarem o projeto as sanções não serão somente para o município, mas também para os vereadores e a responsabilidade é dos vereadores que terão que aprovar o projeto, mesmo contra a vontade de todos. Disse que temos que brigar para ter um aumento da arrecadação, para que o prefeito possa dar um aumento real de salários para os servidores e estes ter um ganho real e suportar os impostos que pagam neste país. O vereador **Hélio Castão** disse que fica indignado com esta situação, porque é servidor público aposentado e sempre fala que servidor público é que faz o município andar e é através dele que o administrador administra seu município. Disse estar chateado em ter que votar em um projeto dessa natureza que já veio pronto do governo federal e é uma briga constante dos servidores que quando chega o início do ano que o prefeito tem que dar um aumento salarial que é o RGA e na verdade todos sabem que a educação teve um RGA de doze ponto quarenta e oito por cento e na verdade os vereadores hoje estão tirando os três por cento do RGA dos servidores e certamente fará falta principalmente para aqueles que ganham menos. Disse que o governo federal congelou o aumento para os servidores do país, mas agora ele está tirando três por cento dos salários deles e obrigando os vereadores a votarem esse projeto aumento a alíquota da previdência, mas se não votarem o município e também dos vereadores serão penalizados. O vereador **Chico do Indea** disse que também lutou bastante através do sindicato para não aprovar a



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



reforma a nível federal e a nível do estado, primeiro por não acreditar que a reforma que está sendo feita irá resolver a situação da previdência, ou seja, é apenas apagando fogo, porque com a reforma administrativa vai acabar o serviço público, porque não haverá ingresso de servidor e com isso não terá arrecadação da previdência e todas as câmaras de vereadores teriam que se unirem para não aceitarem esses tipos de projetos, onde os vereadores são obrigados a votarem e até o momento não foi feita nenhuma ação para cobrar dos grandes sonegadores que não pagam seus impostos, principalmente a previdência social. A vereadora **Marta Dalpiaz** disse que esses momentos que eles votam e decidem a vida dos servidores, são os momentos mais tensos dentro dessa casa de leis, porque não é confortável votar um aumento de alíquota para os servidores, mas quer parabenizar os colegas vereadores por estarem presentes e terem a coragem de, independentemente das consequências colocarem seu voto em público porque seria muito confortável se eximir e os colegas aqui presentes dão a cara para bater e isso tem que ser aplaudido sim. O vereador **Salvador Pizzolio** disse que o Presidente da República aproveitou o momento da pandemia do Covid para elaborar o decreto para não dar aumento aos servidores públicos e proibir o RGA dos servidores até o ano de dois mil e vinte e um, então porque não fez da mesma forma e mandou para os municípios para decidir se eles podiam pagar o aumento ou não para que os vereadores pudessem definir a situação da cidade, porque os vereadores sabem dos problemas que estão acontecendo com as finanças em seus municípios e aí sim, seria justo, porque poderíamos estar votando aumento da alíquota, mas também votando aumento de salário e assim não estaríamos sendo desonestos com os servidores e deixando a decisão para as prefeituras resolver, porque estaríamos dando condições para um prefeito que está na gestão, poder pelo menos equiparar a situação do servidor público dando reajuste a ele, pagando o seu RGA e ainda um aumento real de salário. Em vez disso colocou um projeto obrigando os vereadores a votar, aumentando a alíquota da previdência e proibiu todo e qualquer reajuste aos servidores e provavelmente no ano que vem nessa mesma época do ano, o poder de compra do servidor certamente estará corroído com os constantes aumentos de mercadorias que vem ocorrendo e não estamos falando de servidores que ganham muito, mas sim daqueles que ganham em média um salário e meio por mês que tem que levar tudo contado para não faltar dinheiro para suas obrigações de todo mês. Disse que essa responsabilidade não deveria ter sido transferida para os municípios da forma que foi e deveria ter mandado também o decreto que transferia os aumentos de salários ou não para os servidores, embora tivessem que aprovar a alíquota de quatorze por cento. A vereadora **Ulliane Macarena** disse



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



que o vereador não tem onde correr, porque é obrigado a votar esse projeto, apesar de ser muito criticado pelos servidores e aí a gente vê o porquê a classe política é muito desvalorizada no Brasil, porque a cada quatro anos ele se reelege ou é trocado por outro, mas os servidores ficam ali nas suas obrigações dia após dia, com o pouco que ganham por mês, tendo que escolher o que vai pagar a cada mês, com seu dinheiro contado, não podendo gastar além das suas obrigações mensais. O Presidente **Leo Boy** disse que gostaria também de contribuir e concorda com todos os colegas pares em suas falas e quando se iniciou a discussão dessa falsa moralista reforma administrativa e sempre fala que uma reforma administrativa que infelizmente a situação previdenciária se explodiu por incompetência de alguém lá de cima e aí vem com esse efeito dominó de cima para baixo e tem a ousadia de mandar para as câmaras municipais definirem se vai ser quatorze por cento ou quatorze por cento e fim. Todos os vereadores estudaram esse projeto que teria que ser votado até dia quatorze de julho e foi prorrogado até dia trinta de setembro e não resolveu nada e cada um de nós vereadores já estava com essa convicção de votar contrário o projeto, porque isso é um absurdo e não vai resolver nada e sim prejudicar o servidor público. Disse que foi realizado um estudo por uma empresa contratada chamada AGENDA para tentar flexibilizar e fracionar esse desconto de sete e meio à vinte e dois por cento e se formos fracionar isso aí e jogar para os servidores vamos extorquir uma parte dos servidores, porque os que ganham pouco iriam pagar mais imposto do que aqueles com maior salário. Infelizmente o que estão fazendo com o trabalhador do Brasil é uma covardia e solicitou ao jurídico do Poder Legislativo verificar porque todos os vereadores queriam votar contrário ao projeto, mas foi informado que o executivo municipal entraria com ação na justiça, porque as certidões do município ficariam travadas e os vereadores responderiam por crime de responsabilidade e assim não há saída para os vereadores, ou votam favorável ou votam favorável à aprovação do projeto. Disse que fizeram os vereadores de bobos e que foram pisados pelo governo federal e tem essa capacidade, essa covardia da Câmara Federal, com esses incompetentes e irresponsáveis, tem a coragem e capacidade de falar que vai mandar a reforma da previdência para o município para os vereadores decidirem e se enquadrem no rito da Emenda Constitucional. Acho que eles estão achando que os vereadores são burros, porque não temos outra saída que votar favorável ao projeto e se não aprovarem a justiça determina que o executivo proceda com o desconto e o projeto volta para a câmara porque estamos prevaricando por descumprir a lei federal e estadual. Disse que quando assumiu a responsabilidade de ser vereador, cada um levantou a mão e fizeram um juramento de



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

cumprir a Constituição Federal, a Lei Orgânica do município e as leis vigentes. Foram lá e fizeram uma Emenda Constitucional e disseram que a constituição está dizendo isso aí. Disse que os vereadores não estão tendo poder de decisão com esse projeto e é uma vergonha e essa é a escola do Brasil onde os vereadores são obrigados a votarem favoráveis em um projeto em que todos são contrários ao mesmo e na qualidade de servidor público que ele é, sempre defendeu o servidor público, agora é obrigado a votar nessa safadeza de projeto, extorquindo os servidores públicos. Disse que foi elaborada uma emenda substitutiva de n.º 005/2020 (zero zero cinco/dois mil e vinte) na lei da previdência municipal, transferindo alguns auxílios que a previdência do município estava arcando para o executivo municipal pagar esses auxílios aos servidores públicos que necessitarem deles. Disse que o parlamento municipal está sendo enganado pelo parlamento federal dizendo que são obrigados a votarem favorável o projeto. Disse que os vereadores têm suas responsabilidades como cidadão, tem seus juramentos de quando tomaram posse e têm eles que pensar em mais de trinta e quatro mil pessoas que está no município de Juara, pensar no servidor público também e baixar a cabeça e votar no projeto. Disse que alguns servidores estão preocupados e querendo discutir a reforma da previdência, mas que esse projeto ainda não é a reforma da previdência, mas certamente não demorará em vir para os municípios. Depois disso poderemos esperar também a reforma administrativa que deve ser outra tortura, porque está sendo elaborada e já tem entendimento que servidor público é parasita e aí imagina que jeito que ela virá para ser discutida nos municípios. Disse que os vereadores são obrigados a acatar essa ditadura de projeto, porque a democracia passou bem longe dele e espera que nós servidores aguentem firme porque virá mais coisa para descontar deles com essas reformas que estão sendo elaboradas. Disse que com a pandemia muito dinheiro está entrando no município e alguém terá que pagar essa conta e certamente todos terão que pagar principalmente os servidores públicos. O vereador Chico do Indea disse que nos primeiros estudos que fizeram para o congelamento até dois mil e vinte e um era para ser arrecadado cento e vinte bilhões de reais para ajudar os estados e municípios e quem está pagando os recursos que vieram para Juara são os servidores públicos. Desse montante só vieram para os estados e municípios em torno de cinquenta bilhões de reais e ninguém sabe onde foram para os setenta bilhões restantes e por isso não precisava fazer essa covardia com os servidores de ficarem sem aumento até dezembro de dois mil e vinte e um e ainda existem governadores e deputados estaduais que estão tendo a coragem não votar e, apenas treze estados votaram na reforma da previdência e quatorze ainda não votaram a reforma por não aceitar a pressão do governo federal.



PODER LEGISLATIVO DE JUARA - MATO GROSSO



CÂMARA
MUNICIPAL
DE JUARA

Terminada a discussão, esta em votação, quem for favorável, se pronuncie favorável, quem for contrário se pronuncie contrário, conforme a ordem de chamada por vereador. Vereador Salvador Pizzolio, Favorável; Vereador Markito, Favorável; Vereador Hélio Castão, Favorável; Vereador João Rissotti Favorável; Vereadora Ulliane Macarena, Favorável; Vereador Chico do Indea, Contrário; Vereadora Marta Dalpiaz, Favorável, Vereador Leo Boy, Favorável. Aprovado por maioria dos vereadores. Não havendo mais matérias para a Ordem do Dia, o presidente agradeceu a presença de todos os presentes à sessão e aos servidores da Câmara Municipal, pela ajuda na condução dos trabalhos nesta sessão extraordinária e convidou a população presente para participar da próxima sessão ordinária que ocorrerá em cinco de outubro de dois mil e vinte, às dezenove horas e trinta minutos e declarou encerrada a sessão e Eu, João Rissotti, primeiro secretário em exercício, mandei digitar a presente ata, que segue por mim assinada e pelos demais Edis.

Juara/MT, 28 de setembro de 2020.

Valdir Leandro Cavichioli

João Batista Rissotti

Ulliane Patrícia Ferreira Rocha

Eraldo Francisco Alves

Flávio Valério

ausente

Francisco Valtênio Salles Ferreira

Hélio Francisco Castão

Marta Dalpiaz Nepomuceno

Salvador Marinho Pizzolio Alves